

ANEXO 02

SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO

**CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE CONSTRUÇÃO, OPERAÇÃO,
MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A
EXPLORAÇÃO DO SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO DO TÚNEL IMERSO SANTOS-GUARUJÁ**

1. APRESENTAÇÃO DO SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO

O SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO entre os municípios de Santos e Guarujá será composto pelos seguintes elementos:

- TÚNEL;
- ACESSOS URBANOS; e
- PRÉDIOS DE ACESSO e demais instalações destinadas à operação do sistema.

O SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO será construído pela CONCESSIONÁRIA por meio das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, que deverão ser concluídas em até 60 (sessenta) meses contados da DATA DE INÍCIO.

A partir da DATA DE INÍCIO DA OPERAÇÃO, o SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO será explorado, operado e mantido pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO e ANEXOS.

1.1 TÚNEL

O TÚNEL deverá oferecer uma ligação rápida e segura entre as duas margens do Estuário de Santos, com os emboques nas coordenadas 23°57'27.01"S/ 46°18'28.27"O e 23°57'6.48"S/ 46°18'12.80"O.

O TÚNEL de ligação entre as cidades de Santos e Guarujá deverá seguir as definições estabelecidas no ANEXO 7 quanto aos padrões e características mínimas necessários para sua execução.

1.2 ACESSOS URBANOS

A interligação do TÚNEL com o viário urbano das cidades de Santos e Guarujá deverá ser realizada por meio dos ACESSOS URBANOS, que deverão ser executados pela CONCESSIONÁRIA e poderão contemplar dispositivos, alças de acesso, prolongamentos ou conformações de vias existentes executadas com a finalidade de oferecer uma conexão rápida e segura entre o viário urbano e o TÚNEL.

Englobam os ACESSOS URBANOS não somente as faixas de rolamento, mas também os acostamentos, refúgios, ciclovias, passeios, passarelas, OAEs (pontes, viadutos e túneis), trincheiras, elementos de drenagem, de sinalização e dispositivos de segurança, bem como os taludes de corte e aterro.

Os ACESSOS URBANOS deverão atender aos requisitos mínimos definidos no ANEXO 7.

1.3 PRÉDIOS DE ACESSO

Deverão ser executados, sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, os PRÉDIOS DE ACESSO, compostos por edificações dedicadas a oferecer o acesso seguro de ciclistas e pedestres ao TÚNEL, de modo que possam utilizar, de maneira integrada, a conexão entre as cidades de Santos e do Guarujá.

O ANEXO 7 traz as características mínimas necessárias para os PRÉDIOS DE ACESSO.

2. PASSIVOS SOCIAIS

Caberá à CONCESSIONÁRIA a responsabilidade pela realização de todas as atividades necessárias para evitar, mitigar e gerenciar passivos sociais no SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO,

sendo responsável por arcar com eventuais ônus decorrentes da materialização de riscos sociais e consequências adversas oriundas de tais passivos, nos termos do regramento estabelecido pelo CONTRATO e respectivos ANEXOS.

As informações eventualmente apresentadas pelo PODER CONCEDENTE são de caráter referencial, devendo ser devidamente atualizadas e validadas pela CONCESSIONÁRIA.

3. PASSIVOS AMBIENTAIS

A CONCESSIONÁRIA deverá realizar, às suas expensas, um levantamento referenciado detalhado de todos os passivos ambientais do SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO, como erosões, abatimentos, escorregamentos, assoreamentos, drenagens, ocupações irregulares nas áreas destinadas à implantação do SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO, medidas de mitigação e compensação ambiental (Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e Resolução CONAMA 371/2006), TCRA'S (Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental), decorrentes dos processos de licenciamento e/ou operações nas áreas, ainda não cumpridos etc.

4. TRECHOS COM EXCEÇÕES DAS OBRIGAÇÕES DE CONSERVAÇÃO E OPERAÇÃO

Quando da implantação dos ACESSOS URBANOS poderá ser necessária a construção ou melhoria nas condições do sistema viário urbano local para garantir a integração com o SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO.

Caso as intervenções realizadas pela CONCESSIONÁRIA ocorram em segmentos com interferências/sobreposições sob responsabilidade dos municípios, e não constituam ligação exclusiva para o TÚNEL, as obrigações da CONCESSIONÁRIA ficarão restritas às funções de obras de implantação (descritas no ANEXO 7 e Apêndice E), estando dispensada das demais obrigações de conservação e operação (descritas nos ANEXOS 3, 5, 6, 11 e Apêndices A e D), uma vez que estes segmentos deverão ser devolvidos aos municípios após a conclusão das obras.